

Créditos suplementares atenderam ao MEC

A professora da USP e colunista de economia da Folha de S.Paulo, Laura Carvalho disse que 70% dos créditos suplementares liberados pelo governo em 2015 foram para o MEC, “atendendo às universidades federais, HUs e ao programa Ciência sem Fronteiras”. Os créditos suplementares são um dos motivos alegados para o pedido de impeachment de Dilma Rousseff.

As chamadas “pedaladas fiscais” e a assinatura de decretos para créditos suplementares foram o tema da aula pública ministrada pela docente, no IFCS, dia 6, a convite da Adufrj.

Na opinião da professora, não há base para o pedido de impedimento da presidente da República. Laura explicou que o Tesouro Nacional tem

uma conta no Banco Central para fazer pagamentos a fornecedores e outras despesas. Cabe ao BC fazer a intermediação com os bancos públicos ou privados.

O atraso (“as pedaladas”) do Tesouro na transferência de recursos para os bancos públicos para bancar as despesas de programas sociais foi, pela primeira vez, interpretado pelo TCU, como empréstimo daqueles bancos ao Tesouro Nacional, o que fere a Lei de Responsabilidade Fiscal que proíbe esse tipo de operação.

Mas isso foi em 2014 (outro mandato não entra como crime de responsabilidade): “O TCU mudou a sua interpretação. Pela primeira vez, o tribunal disse que isto poderia ser crédito do banco público para o Tesouro. Mas, a partir

deste fato, o governo mudou sua prática”. Em 2015, não houve pedaladas.

Em relação aos decretos de créditos suplementares, só seria caracterizado crime de responsabilidade se eles comprometessem o superávit primário e isto, segundo a palestrante, não aconteceu.

Ela faz os cálculos: os créditos suplementares somaram R\$ 95 bi, mas R\$ 92, 5 bi já embutia o cancelamento de rubricas. Dos 2,5 bi que ficaram, R\$ 708 milhões foram despesas financeiras, que não são contabilizadas para o superávit primário. O R\$ 1,8 bi que sobrou, segundo o governo, era excesso de arrecadação.

A matéria completa e o vídeo da aula pública podem ser vistos em: www.adufrj.org.br

Reforma da Previdência: incoerência ou estratégia?

Em 2015, a União abriu mão de aproximadamente R\$ 62,5 bilhões que seriam destinados à Previdência. Somadas todas as desonerações que compõem o orçamento da Seguridade — que ainda inclui a Saúde e a Assistência Social —, o montante chegou a R\$ 157,64 bilhões e equivaleu a 2,75% do PIB no ano passado. Os dados foram apresentados por Denise Gentil, economista e professora da UFRJ, especialista em finanças públicas. A palestra foi realizada no dia 5, organizada pelo Núcleo da UFRJ pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública.

O carro-chefe do ajuste fiscal, anunciado como necessário para superar a crise — tanto pelo governo de Dilma Rousseff, quanto pela oposição — é a Reforma da Previdência. A justificativa seria sanar um “rombo” estimado em R\$ 85 bilhões, segundo os defensores da medida. Mas, de acordo com

os números de Denise Gentil, isto não é verdade. A Seguridade Social é superavitária e não deficitária. Em 2015, os dados preliminares apontam que, considerando todos os gastos realizados pela Seguridade, o saldo foi positivo em R\$ 16 bilhões. Em 2014, o valor consolidado foi de R\$ 35 bilhões em receita líquida.

“Chamo atenção para a contradição entre o discurso que aponta déficit e as desonerações realizadas. Se eu tenho um rombo de R\$ 85 bi, como abro mão de R\$ 62,5 bi em um único ano?”, questionou.

A razão para a Reforma da Previdência, então, não estaria relacionada a uma necessidade real, tampouco à insustentabilidade atribuída ao sistema previdenciário, mas ao lobby de bancos e empresas para a financeirização de todo o sistema de amparo social.

Leia matéria completa em <http://goo.gl/KAhyRO>

Não é para pagar nada à Afisco

Diversos sindicalizados entraram em contato com a Adufrj para informar que receberam, nos últimos dias, uma circular da Associação dos Fiscais do Licenciamento do Comércio, Indústria e profissões do município do Rio (Afisco). O documento diz que o(a) professor(a) beneficiário(a) do plano de saúde conveniado com a Seção Sindical precisa comparecer à sede da Afisco para regularizar seu cadastro e estar em dia com uma contribuição mensal de R\$ 30, sob pena de perda da cobertura do plano.

A administradora de saúde do plano conveniado com a Adufrj responde que é para ignorar a circular. Não há qualquer risco de perda do benefício. A apólice de contrato assinada com a Seção Sindical não prevê cobrança de nenhuma taxa deste tipo. A administradora já entrou em contato com a Afisco e com a Unimed para dar fim à exigência e, até o dia 11 de abril, terá mais informações sobre o caso.

Quartas Culturais

Projeto interdisciplinar de responsabilidade da professora Marylena Salazar, o “Quartas Culturais” recebe dois filmes, neste mês de abril. No dia 13, é a vez de “Sonhos”, dirigido por Akira Kurosawa; no dia 27, será exibido “Moscati: o amor que cura”, dirigido por Giacomo Campiotti. Ambas as projeções serão feitas no auditório Horta Barbosa, do CT, ao meio-dia.

Outras notícias na página eletrônica da Adufrj:
UFRJ realiza ato em defesa da democracia e dos direitos sociais no Largo do São Francisco, no Centro

Leia mais em <http://goo.gl/IY19SO>